



213344

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

CONCURSO PÚBLICO

030. PROVA OBJETIVA

ANALISTA LEGISLATIVO | ESPECIALIDADE: SUPORTE TÉCNICO

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A duração das provas objetiva e discursiva (redação) é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



(Fernando Gonsales, "Níquel Náusea". *Folha de S.Paulo*, 03.03.2022)

01. Considerando a relação de sentido estabelecida entre os três primeiros quadrinhos e os dois últimos, é correto afirmar que aqueles indicam

- (A) agitação.
- (B) lembrança.
- (C) dispersão.
- (D) atenção.
- (E) emoção.

02. Em conformidade com a norma-padrão e com o sentido da tira, a frase final – Não lembro! – pode ser substituída por:

- (A) Não me lembro à sua pergunta!
- (B) Não lembro àquilo que você perguntou!
- (C) Não lembro-me o que você perguntou!
- (D) Não me lembra a sua pergunta!
- (E) Não lembro-me da sua pergunta!

Leia o texto para responder às questões de números **03 a 10**.

Mais inflação, juros e dúvidas

O Brasil pode chegar ao fim do ano com inflação de 7%, o dobro da meta oficial, e juros básicos avançando para 14%, segundo projeções do mercado financeiro, turbinadas pela recente alta do petróleo e dos alimentos no mercado internacional. A insegurança econômica gerada pela guerra na Ucrânia e pelas sanções impostas à Rússia torna mais escuro um horizonte já nublado. Apesar do cenário mais preocupante, a maioria dos especialistas consultados pelo *Estadão/Broadcast* continua prevendo uma alta de juros de 10,75% para 11,75% na próxima semana, quando será realizada a reunião periódica do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC).

O aperto mais forte da política monetária virá em seguida, e poderá prolongar-se mais do que se estimava antes da guerra. As possibilidades de recuperação econômica a partir de 2023, já muito limitadas, tornam-se mais problemáticas com as pressões inflacionárias e com as novas incertezas. Pelas projeções do mercado conhecidas na última segunda-feira, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 0,42% neste ano e 1,5% no próximo. Se as condições de crédito ficarem piores do que se esperava, as famílias serão mais pressionadas, a retomada do emprego será mais complicada e a atividade econômica terá menos impulso para avançar.

O cenário já tenebroso inclui uma inflação já muito alta, uma produção industrial com 9 quedas em 12 meses e vendas do varejo 1% abaixo do patamar pré-pandemia. A recuperação mensal de 0,8% em janeiro ficou longe de compensar a queda de 1,5% em dezembro e de recriar o dinamismo perdido a partir de 2020. Além do desemprego, também a alta de preços continua limitando severamente os gastos familiares.

Alguma segurança econômica ainda é garantida pelo agronegócio, com produção suficiente de alimentos para suprimento interno e para exportação. Problemas de abastecimento de fertilizantes, em consequência da guerra, geram alguma preocupação. Mas há estoques e, além disso, o plantio da próxima safra de verão só deverá começar no segundo semestre. Até lá, as condições internacionais poderão melhorar. Além disso, haverá tempo para a procura de novos fornecedores de adubos para substituir a Rússia, se for o caso. De toda forma, o espaço de tolerância para erros será quase nulo, neste ano.

(<https://opiniao.estadao.com.br>. 11.03.2022. Adaptado)

03. As informações do texto deixam evidente que o atual cenário econômico

- (A) tem impactado negativamente a qualidade de vida das famílias, acossadas entre a alta da inflação e as altas taxas de desemprego.
- (B) era previsto desde 2020, quando a produção industrial começou a perder dinamismo, mas tende a reverter-se a partir de 2023.
- (C) é irreversível, e, portanto, não existe no momento nenhuma chance do Brasil de se reabilitar na indústria e no agronegócio.
- (D) demonstrava desaceleração acentuada antes da pandemia, mas o agronegócio vem colocando o país à margem de problemas.
- (E) começou a se tornar preocupante com a guerra entre Rússia e Ucrânia, já que o Brasil se encontra desabastecido de fertilizantes.

04. A frase final do texto – De toda forma, o espaço de tolerância para erros será quase nulo, neste ano. – permite concluir corretamente que

- (A) a retomada da economia é inevitável, o que certamente refletirá em um cenário amistoso e sem erros.
- (B) o ano de 2022 é tão atípico na economia que nenhum país do mundo terá espaço para tolerância na área.
- (C) a situação econômica brasileira exige cautela, uma vez que o cenário é marcado por muitas incertezas.
- (D) a possibilidade de erros na economia é mínima, mas pode ocorrer em função da guerra entre Rússia e Ucrânia.
- (E) a economia vive às voltas com erros, o que deverá ser comum principalmente com a pressão inflacionária.

05. No texto, identifica-se expressão em sentido figurado com objetivo de intensificar uma informação no seguinte trecho:

- (A) ... quando será realizada a reunião periódica do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC).
- (B) ... segundo projeções do mercado financeiro, turbinadas pela recente alta do petróleo e dos alimentos no mercado internacional.
- (C) ... a retomada do emprego será mais complicada e a atividade econômica terá menos impulso para avançar.
- (D) Além do desemprego, também a alta de preços continua limitando severamente os gastos familiares.
- (E) Além disso, haverá tempo para a procura de novos fornecedores de adubos, para substituir a Rússia, se for o caso.

06. Considere as passagens do texto:

- A insegurança econômica gerada pela guerra na Ucrânia e pelas sanções impostas à Rússia torna mais escuro um horizonte já **nublado**. (1º parágrafo)
- O **aperto** mais forte da política monetária virá em seguida, e poderá prolongar-se mais do que se estimava antes da guerra. (2º parágrafo)

No contexto em que estão empregados, os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) desconhecido; dificuldade.
- (B) preocupante; contratempo.
- (C) assustador; coação.
- (D) conturbado; ágio.
- (E) inquieto; ajuste.

07. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância e de colocação pronominal.

- (A) Ainda prevê-se alta de juros em breve, embora haja questões econômicas preocupantes.
- (B) Espera-se que até o plantio da próxima safra de verão esteja melhor as condições internacionais.
- (C) No cenário atual, tem afetado-se os gastos familiares com o desemprego e a alta de preços.
- (D) Antes da próxima safra de verão, certamente se procurarão novos fornecedores de adubo.
- (E) Se pressionarão mais as famílias, caso as condições de crédito fique pior do que o esperado.

10. Leia a charge.



(Chargista Lute. Em: www.hojeemdia.com.br. 13.11.2021)

Analisando as informações da charge e comparando-as com a do texto *Mais inflação, juros e dúvidas*, é correto afirmar que há

- (A) aproximação entre a argumentação estabelecida em ambos, no que diz respeito às limitações dos gastos familiares.
- (B) um argumento comum entre ambos, referente à possibilidade da recuperação da economia mesmo com altos juros.
- (C) uma relação de oposição de informações, pois na charge a situação da família é preocupante, ao contrário do texto.
- (D) pouca relação de sentido entre ambos, uma vez que a charge não explicita a que tempos atuais está se referindo.
- (E) diálogo entre ambos, uma vez que mostram a limitação econômica devido às altas taxas de desemprego na indústria.

08. Identifica-se emprego de vírgula(s) para separar uma expressão explicativa no trecho:

- (A) ... haverá tempo para a procura de novos fornecedores de adubos para substituir a Rússia, se for o caso.
- (B) ... as famílias serão mais pressionadas, a retomada do emprego será mais complicada e a atividade econômica terá menos impulso para avançar.
- (C) Mas há estoques e, além disso, o plantio da próxima safra de verão só deverá começar no segundo semestre.
- (D) Além do desemprego, também a alta de preços continua limitando severamente os gastos familiares.
- (E) O Brasil pode chegar ao fim do ano com inflação de 7%, o dobro da meta oficial, e juros básicos avançando para 14%...

09. O emprego de voz passiva é constatado na passagem:

- (A) ... o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 0,42% neste ano...
- (B) Até lá, as condições internacionais poderão melhorar.
- (C) O cenário já tenebroso inclui uma inflação já muito alta...
- (D) O aperto mais forte da política monetária virá em seguida...
- (E) Alguma segurança econômica ainda é garantida pelo agronegócio...

11. Meu irmão, que é 5 anos mais velho do que eu, falou que daqui a 3 anos a idade do nosso pai será o triplo das nossas duas idades somadas. Meu pai tinha 65 anos quando eu nasci. Daqui a 3 anos, quando isso acontecer, a minha idade somada com a idade do meu irmão será menor que a idade do nosso pai em um número de anos igual a
- (A) 56.
(B) 52.
(C) 50.
(D) 46.
(E) 58.
12. Comprei um terreno quadrado e em seguida comprei outro, retangular, cuja largura é igual ao lado do terreno quadrado, e o comprimento tem 3 metros a mais que a largura. Sabendo que a área total dos dois terrenos é de 324 m^2 , a diferença entre as áreas desses dois terrenos é, em metros quadrados, igual a
- (A) 38.
(B) 40.
(C) 36.
(D) 42.
(E) 44.
13. Em uma empresa com 420 funcionários, a razão entre funcionários homens e funcionárias é 1,4. A empresa dispensará 20 funcionários homens e contratará funcionárias, de modo que a razão entre funcionários homens e funcionárias seja igual a 1. Isto feito, o número total de funcionários da empresa aumentará em
- (A) 40.
(B) 30.
(C) 20.
(D) 50.
(E) 60.
14. Com a quantidade de blocos de concreto que tem, um pedreiro pretendia construir um muro de 240 metros cuja altura teria 9 fileiras de blocos. Uma alteração na planta fez com que o comprimento do muro diminuísse em 96 metros. Para não perder os blocos já comprados, o pedreiro aumentou a altura do muro. Desse modo, a altura do muro poderá ser aumentada em um número de fileiras igual a
- (A) 5.
(B) 2.
(C) 4.
(D) 6.
(E) 8.

15. Para revestir o piso de uma sala retangular que mede 9 m por 6 m, serão utilizados 2 tipos de peças. Para cada peça maior que for usada, 4 peças iguais e menores serão necessárias para complementar. A área de cada peça maior é de $0,2 \text{ m}^2$, e a área de cada peça menor é de $0,04 \text{ m}^2$. Desconsiderando os espaços entre as peças, o número total de peças que precisam ser adquiridas para realizar esse trabalho é
- (A) 750.
(B) 450.
(C) 300.
(D) 600.
(E) 150.
16. Supõe-se que cada convidado de uma festa consome, em média, 300 mililitros de refrigerante. Foram convidadas 420 pessoas e espera-se que haja uma ausência de 20% desses convidados. A encomenda de refrigerante foi feita de modo a sobrar o equivalente ao consumo de 10% das pessoas esperadas. O refrigerante virá em garrafas de 2,5 litros. A quantidade mínima de garrafas necessárias para atender essas condições é
- (A) 51.
(B) 41.
(C) 48.
(D) 45.
(E) 38.
17. Considere a afirmação: "Se Francisco é o diretor ou Ivete é a secretária, então Helena é a presidente."
Essa afirmação é necessariamente FALSA se, de fato:
- (A) Francisco é o diretor.
(B) Francisco é o diretor e Ivete é a secretária e Helena é a presidente.
(C) Ivete é a secretária e Helena não é a presidente.
(D) Ivete não é a secretária e Helena é a presidente.
(E) Francisco não é o diretor e Ivete não é a secretária e Helena é a presidente.
18. Uma afirmação que corresponde à negação lógica da afirmação: "Troveja e chove muito, ou o dia está lindo", é:
- (A) Não troveja e não chove muito, ou o dia não está lindo.
(B) Troveja ou chove muito, e o dia não está lindo.
(C) Troveja ou não chove muito, e o dia está lindo.
(D) Não troveja ou chove muito, ou o dia está lindo.
(E) Não troveja ou não chove muito, e o dia não está lindo.
19. A sequência de números a seguir foi construída com um padrão lógico e é uma sequência ilimitada:
1, 2, 3, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40,
A partir dessas informações, identifique o termo da posição 74 e o termo da posição 95. A soma destes dois termos é igual a
- (A) 277.
(B) 244.
(C) 255.
(D) 266.
(E) 233.

R A S C U N H O

20. Os direitos políticos no sistema jurídico pátrio formam a base do regime democrático e referem-se ao direito de participação política como um todo. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A periodicidade do voto, expressa no texto constitucional, garante a renovação dos cargos eletivos e a temporariedade dos mandatos, mas não constitui cláusula pétreia.
- (B) A suspensão de direitos políticos dos condenados criminalmente, com trânsito em julgado, prevista na Constituição da República, aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.
- (C) A Constituição da República estabelece a ação de impugnação de mandato, instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, a ser proposta no prazo de quinze dias, a contar da data da posse.
- (D) A Constituição da República definiu que as eleições dos deputados federais, estaduais e dos vereadores efetivar-se-ão pelo critério majoritário, privilegiando a soberania popular.
- (E) O plebiscito e o referendo são instrumentos da democracia indireta.

21. Em algumas hipóteses, a Constituição da República reserva a possibilidade de dar início ao processo legislativo a apenas algumas autoridades ou órgãos. Assinale a alternativa que se coaduna com o regramento constitucional sobre a matéria.

- (A) Os casos de iniciativa reservada são hipóteses de exceção, razão pela qual somente podem ser ampliados pela via interpretativa.
- (B) Temas relacionados ao regime jurídico de servidores públicos civis e militares estão subordinados à iniciativa de lei reservada ao presidente da República.
- (C) É de iniciativa reservada do Superior Tribunal de Justiça a lei complementar, sobre o Estatuto da Magistratura.
- (D) A Assembleia Legislativa tem iniciativa privativa para leis que fixem a remuneração dos servidores incluídos na organização do Tribunal de Contas do Estado.
- (E) A Constituição defere ao Ministério Público a iniciativa para propor ao Poder Executivo a criação ou extinção de seus órgãos e serviços auxiliares.

22. Assinale a alternativa que está de acordo com o regramento estabelecido pela Constituição do Estado de São Paulo para as finanças públicas.

- (A) A despesa de pessoal inativo não ficará sujeita aos limites da lei complementar de responsabilidade fiscal.
- (B) Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, exceto os créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo serão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos.
- (C) A concessão de aumento de remuneração pelos órgãos e entidades da administração indireta só poderá ocorrer se houver prévia dotação orçamentária.
- (D) A criação de cargos ou a alteração de estrutura de carreiras, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, dispensam prévia dotação orçamentária.
- (E) Os recursos financeiros, provenientes da exploração de gás natural, que couberem ao Estado, estão condicionados à aplicação na construção, desenvolvimento e manutenção do sistema estadual de gás canalizado.

23. Quanto aos orçamentos públicos, assinale a alternativa que atende aos comandos da Constituição do Estado de São Paulo.

- (A) A lei orçamentária será acompanhada de demonstrativo dos efeitos decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (B) O Governador enviará à Assembleia Legislativa, nos prazos estabelecidos pela Constituição Estadual, a lei disposta sobre o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária para o exercício subsequente.
- (C) A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual para as despesas relativas aos programas de duração continuada.
- (D) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta.
- (E) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

- 24.** A respeito dos princípios da Administração Pública, é correto afirmar que
- (A) não é relevante para a sua compreensão e aplicação o entendimento das diferentes espécies normativas existentes no ordenamento jurídico constitucional.
 - (B) o princípio administrativo da efetividade administrativa resulta da compreensão neoliberal de que se pode fazer mais com menos, adotando-se melhores técnicas de administração provenientes da prática empresarial.
 - (C) os princípios jurídicos são normas imediatamente descritivas, na medida em que estabelecem obrigações, permissões e proibições mediante a descrição da conduta a ser adotada ou omitida.
 - (D) os princípios jurídicos consistem em espécie de normas jurídicas por meio da qual são estabelecidos deveres de otimização aplicáveis em vários graus, segundo as possibilidades normativas e fáticas.
 - (E) o princípio administrativo da prevalência dos direitos humanos impõe o respeito por parte da Administração Pública ao nome social de pessoas travestis e transexuais, desconsiderando-se o nome civil para usos administrativos internos.
- 25.** Assinale a alternativa que correlaciona corretamente a espécie de poder da administração à sua explicação.
- (A) Poder hierárquico compreende a prerrogativa que tem a Administração para coordenar, controlar, ordenar e corrigir as atividades administrativas dos órgãos e agentes no seu âmbito interno.
 - (B) Poder de polícia é o poder atribuído à Administração Pública para aplicar sanções administrativas aos seus agentes pela prática de infrações de caráter funcional.
 - (C) Poder disciplinar é o poder que a Administração Pública tem para editar atos normativos, tais como regulamentos, instruções, portarias, resoluções e regimentos.
 - (D) Poder normativo é o poder conferido à Administração para restringir, frenar, condicionar, limitar o exercício de direitos e atividades econômicas dos particulares para preservar os interesses da coletividade.
 - (E) Poder regulamentar é aquele que o Direito Positivo – a lei – confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.
- 26.** Os atos administrativos são atos jurídicos praticados pela Administração Pública para atingir suas finalidades, devendo apresentar para a sua existência e validade alguns elementos ou requisitos básicos. A esse respeito, é correto afirmar que
- (A) os atos administrativos podem ou não ter um sujeito, ou seja, aquele a quem a lei atribui competência para a prática de um dado ato administrativo.
 - (B) os atos administrativos devem sempre adotar a forma escrita, impressa em papel timbrado, com data e assinatura da autoridade competente, como condição de sua validade.
 - (C) atua em usurpação de função aquele indivíduo que, embora investido em cargo, emprego ou função, exorbita os limites de sua competência legal, podendo seus atos serem imputados à Administração.
 - (D) o objeto do ato administrativo consiste nas razões de fato e de direito que impõem ou autorizam a prática do ato administrativo pela Administração Pública.
 - (E) age com excesso de poder o agente que atua fora dos limites de suas atribuições legais, sendo possível, em regra, a convalidação dos seus atos pelo agente legalmente competente.
- 27.** A Lei de Improbidade Administrativa foi um importante marco para a transparência e melhoria da governança na Administração Pública Brasileira. Recentemente, porém, o texto original vinha sofrendo críticas em relação à sua forma de aplicação, sob a premissa de que haveria excesso de rigor em relação a condutas não dolosas de administradores públicos, resultando na baixa atratividade da função pública entre profissionais capacitados. Nesse contexto, é correto afirmar com base na Lei nº 8.429/1992 que
- (A) os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
 - (B) o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo integralmente independentemente do valor da herança ou do patrimônio transferido.
 - (C) os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
 - (D) não se sujeita às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.
 - (E) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência ainda não pacificada que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO

- 28.** Assinale a alternativa que está de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970.
- (A) O Parlamentar não poderá declinar de relatar mais de dez por cento das matérias a ele distribuídas no curso de cada sessão legislativa.
 - (B) As reuniões extraordinárias de Comissões poderão ser convocadas pelo Presidente da Assembleia para apreciação de matéria em regime de urgência, desde que indicados o local, a hora e o objeto com antecedência mínima de 24 horas.
 - (C) Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença da maioria simples dos seus membros.
 - (D) As Comissões não poderão reunir-se no período da Ordem do Dia.
 - (E) O “Diário da Assembleia” publicará, mensalmente, a relação das Comissões com a designação de local e hora em que se realizam suas reuniões.
- 29.** Considere que Maria é a 1ª Secretária da Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e, por motivos pessoais, deseja renunciar ao cargo sete meses após o início do seu mandato na Mesa. Com base na situação hipotética e no disposto na Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, é correto afirmar que
- (A) quem for eleito para o cargo que Maria ocupava, terá mandato de 02 anos.
 - (B) a eleição respectiva deverá ser marcada dentro de 5 dias, para realizar-se nos 15 dias subsequentes à ocorrência da vaga.
 - (C) enquanto membro efetivo da Mesa, Maria não poderia ser Líder, mas poderia fazer parte de Comissão.
 - (D) como o mandato dos membros da Mesa é de 01 ano, só haverá eleição para o cargo então ocupado por Maria se não houver substituto.
 - (E) nem Maria nem o seu substituto poderiam integrar a Comissão Representativa da Assembleia.
- 30.** Nenhuma emenda que modifique os serviços da Secretaria da Assembleia ou as condições do seu pessoal poderá ser submetida à deliberação do Plenário sem parecer da Mesa, que terá para tal fim o prazo
- (A) prorrogável de 20 sessões.
 - (B) improrrogável de 10 sessões.
 - (C) improrrogável de 20 sessões.
 - (D) improrrogável de 05 sessões.
 - (E) prorrogável de 05 sessões.
- 31.** De acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, não permitir a publicação de pronunciamentos ou expressões atentatórias ao decoro parlamentar é uma atribuição do
- (A) 1º Secretário.
 - (B) 2º Secretário.
 - (C) Ouvidor da Mesa.
 - (D) deputado ofendido.
 - (E) Presidente da Assembleia.
- 32.** A respeito das Comissões Permanentes e sua Competência, assinale a alternativa que está de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970.
- (A) A Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento é composta por 13 (treze) membros, e ela tem competência para tomar depoimento de autoridade e solicitar o de cidadão.
 - (B) A Comissão Representativa da Assembleia é competente para conceder licença ao Governador e ao Vice-Governador para ausentar-se do Estado por mais de 15 dias, mas não para propor a sustação de ato normativo do Poder Executivo que exorbite do poder regulamentar.
 - (C) Encaminhar, por meio da Mesa, requerimento escrito de informação ao Governador e aos Secretários de Estado é competência exclusiva da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
 - (D) À Comissão de Constituição, Justiça e Redação compete manifestar-se quanto ao mérito das proposições nos casos de declaração de utilidade pública de associações civis.
 - (E) Manifestar-se quanto ao mérito da proposição no caso de licença a Governador para interromper o exercício das suas funções é competência da Comissão da Administração Pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 33.** Considere que Débora é deputada do Estado de São Paulo e deseja obter licença para desempenhar missão diplomática. Com base na situação hipotética e na Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, é correto afirmar que a licença
- (A) será submetida ao Plenário.
 - (B) terá duração mínima de 60 dias e máxima de 01 ano.
 - (C) só será deferida se o pedido feito por Débora for instruído com a resolução que regulamenta a missão diplomática.
 - (D) deverá ser concedida pelo Presidente da Assembleia.
 - (E) deverá ter duração máxima de 120 dias.
- 34.** Considere que João é deputado do Estado de São Paulo e se licenciou para tratar de assuntos particulares. Nesse caso hipotético, de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970, é correto afirmar que João
- (A) somente não terá direito à ajuda de custo.
 - (B) terá direito à 50% (cinquenta por cento) da remuneração.
 - (C) não terá direito à remuneração.
 - (D) apenas não terá direitos às verbas indenizatórias.
 - (E) terá direito à 80% (oitenta por cento) da remuneração.
- 35.** A respeito Das Sessões, assinale a alternativa que está de acordo com a Resolução ALESP nº 576, de 26 de junho de 1970.
- (A) A Assembleia realizará, nos dias úteis, uma sessão ordinária, a partir das 13 horas e com término às 19 horas.
 - (B) Durante a sessão Parlamentares e seus respectivos assessores podem permanecer no Plenário.
 - (C) A duração das sessões extraordinárias será de 3 horas e 30 minutos, improrrogáveis.
 - (D) Não poderão ser convocadas mais de 2 sessões extraordinárias entre 2 ordinárias.
 - (E) O Presidente da Assembleia possui competência exclusiva para convocar sessão extraordinária.
- 36.** Há um processo do ITIL v3 que visa gerenciar e determinar a proporção de tempo em que um componente é capaz de executar sua função quando isto se fizer necessário. Tal processo corresponde ao Gerenciamento de
- (A) Acesso.
 - (B) Incidente.
 - (C) Mudança.
 - (D) Portfólio de Serviço.
 - (E) Disponibilidade.
- 37.** No ITIL v3, há as fases de Transição de Serviços e de Operação de Serviços. Processos que pertencem a cada uma dessas fases são, respectivamente,
- (A) Gerenciamento de Mudanças e Gerenciamento de Incidente.
 - (B) Portfólio de Serviços e Segurança de Informações.
 - (C) Gerenciamento de Disponibilidade e Gerenciamento de Capacidade.
 - (D) Gerenciamento de Problemas e Gerenciamento do Conhecimento.
 - (E) Gerenciamento de Fornecedor e Gerenciamento de Implantação.
- 38.** O modelo de referência de processos do COBIT 5 estabelece uma divisão dos processos em domínios, sendo correto afirmar que
- (A) os processos de governança estão divididos em quatro domínios.
 - (B) o domínio que contém mais processos é Alinhar, Planejar e Organizar.
 - (C) os processos de gestão estão divididos em cinco domínios.
 - (D) um dos domínios de governança denomina-se Monitorar, Avaliar e Analisar.
 - (E) um dos domínios de gestão denomina-se Avaliar, Dirigir e Monitorar.
- 39.** Os processos definidos no COBIT 5 são classificados em domínios, sendo correto afirmar que um de seus domínios denomina-se
- (A) Contratar, Medir e Avaliar.
 - (B) Divulgar, Avaliar e Otimizar.
 - (C) Medir, Incrementar e Encerrar.
 - (D) Planejar, Investir e Proporcionar.
 - (E) Construir, Adquirir e Implementar.

40. Muitas empresas têm utilizado os chamados sistemas de ERP (*Enterprise Resource Planning*). Tais sistemas apresentam algumas características comuns entre si, sendo que, na maioria dessas implantações, é correto afirmar que, dentre tais características comuns, encontra-se a

- (A) terceirização de toda equipe de tecnologia da informação da empresa.
- (B) padronização dos processos de negócio pelos diversos setores de uma empresa.
- (C) sua utilização somente por empresas multinacionais de grande porte.
- (D) sua utilização maciça em substituição a, por exemplo, sistemas de correio eletrônico.
- (E) necessidade de substituição de todo o parque computacional da empresa.

41. Uma métrica que pode ser aplicada à avaliação quantitativa da qualidade de *software* utiliza os seguintes parâmetros:

M_T : número de módulos na versão corrente do *software*;

F_c : número de módulos na versão corrente do *software* que foram modificados;

F_a : número de módulos na versão corrente do *software* que foram adicionados;

F_d : número de módulos na versão anterior que foram descartados na versão corrente do *software*.

Desse modo, a expressão denominada índice de maturidade do *software* (*SMI*), que utiliza os parâmetros relacionados acima para a avaliação quantitativa da qualidade de *software*, é:

(A) $SMI = M_T * (F_a + F_c - F_d)$

(B) $SMI = \frac{(F_a + F_c + F_d)}{M_T}$

(C) $SMI = \frac{M_T - (F_a + F_c + F_d)}{M_T}$

(D) $SMI = M_T - (2 * F_a + 2 * F_c - F_d)$

(E) $SMI = \frac{M_T - (F_a + F_c - F_d)}{M_T}$

42. A norma ISO9126 identifica seis atributos de qualidade para o *software* de um sistema computacional, sendo que o atributo

- (A) confiabilidade indica o nível em que o *software* satisfaz, por exemplo, questão de precisão dos resultados.
- (B) manutenibilidade indica o período de tempo em que o *software* faz uso otimizado dos recursos computacionais do sistema.
- (C) portabilidade indica o nível em que o *software* satisfaz, por exemplo, questão de precisão dos resultados.
- (D) eficiência indica o período de tempo em que o *software* faz uso otimizado dos recursos computacionais do sistema.
- (E) funcionalidade indica o período de tempo em que o *software* permanece disponível para uso.

43. Considerando os chamados testes de unidade feitos no *software* de um sistema computacional, é correto afirmar que

- (A) testam suas interfaces que recebem e transmitem dados.
- (B) testam apenas um dos caminhos existentes em cada unidade.
- (C) não testam unidades com código objeto muito reduzido.
- (D) as estruturas de dados utilizadas em cada unidade são testadas apenas quando ocorrer sua integração com outras unidades.
- (E) têm seu foco somente nos limites presentes nos testes de condições.

44. No caso do teste de um *software* de um sistema computacional, é importante a realização do chamado teste de recuperação, que consiste especificamente em

- (A) entregar o *software* ao cliente final que vai observar e criticar seu funcionamento.
- (B) simular uma invasão indevida ao *software* e verificar se os mecanismos de proteção atuam eficientemente.
- (C) testar o *software* por um longo período de tempo, observando suas saídas.
- (D) testar o *software* em duas ou três máquinas distintas, observando o seu comportamento.
- (E) forçar o *software* a falhar e verificar se a sua recuperação ocorre adequadamente.

45. No desenvolvimento de páginas da *web* acessíveis, a frequência de atualização de um gráfico que exibe dados em tempo real deve
- (A) ser de, no mínimo, 5 segundos e, no máximo, 60 segundos.
 - (B) fornecer meios para que a frequência de atualização possa ser ajustada.
 - (C) ocorrer da forma mais frequente possível, para garantir a fidelidade da informação.
 - (D) promover atualizações somente quando o usuário solicitar, abolindo todo tipo de atualização automática.
 - (E) ser ajustada de acordo com a idade do visitante, garantindo que a atualização da tela seja menos frequente para usuários idosos.
46. O idioma utilizado pelo conteúdo de uma página da *web* acessível precisa
- (A) conter apenas palavras registradas no dicionário, evitando uso de neologismos e anglicismos.
 - (B) se adaptar automaticamente ao idioma do usuário, garantindo que ele poderá compreender o seu conteúdo.
 - (C) ser facilmente determinado por meio de programação.
 - (D) oferecer opção para visualizar o conteúdo em, no mínimo, dois idiomas diferentes.
 - (E) fornecer recursos para que o texto possa ser traduzido para qualquer idioma conhecido.
47. No desenvolvimento de uma página da *web*, um desenvolvedor notou que a falta de uma *tag* `<div>` não afetava o resultado final nos navegadores Google Chrome e Mozilla Firefox, no entanto, a renderização da mesma página apresentou diferenças significativas no Internet Explorer. Isso ocorre pois
- (A) a *tag* `<div>` é um elemento obrigatório em todos os arquivos HTML lidos pelo Internet Explorer, por isso sua ausência faz com que a renderização fique inconsistente.
 - (B) o navegador Internet Explorer foi completamente depreciado e a recomendação do fornecedor é que ele não seja mais utilizado para acessar páginas da *web*.
 - (C) a *tag* `<div>` não é suportada nos navegadores Google Chrome e Mozilla Firefox, por isso não houve alteração no comportamento.
 - (D) os navegadores Google Chrome e o Mozilla Firefox são aderentes a um padrão de estruturação de páginas HTML que é diferente daquele utilizado no Internet Explorer.
 - (E) os navegadores são desenvolvidos utilizando diferentes tecnologias, e não necessariamente se comportam da mesma maneira ao se deparar com estruturas inconsistentes.
48. Na garantia da interoperabilidade de uma interface da *web* entre diversos navegadores, o DOCTYPE desempenha o papel de indicar
- (A) o tipo de arquivo que está sendo acessado, fazendo desnecessária a análise da extensão do arquivo ou de seu tipo MIME.
 - (B) o mapa do *site*, facilitando a compreensão da ligação entre as páginas e agilizando a navegação.
 - (C) se o conteúdo da página contém ligação a arquivos externos, como *scripts* e folhas de estilo CSS.
 - (D) ao navegador a versão do HTML que deve ser utilizada para renderizar a página.
 - (E) a estrutura de arquivos acessada pela página da *web*, permitindo que eles sejam carregados mais rapidamente.
49. Considerando o mercado de tecnologia da informação, um dos segmentos mais importantes é o dos Administradores de Bancos de Dados (DBA), que exerce diversas funções, sendo a principal delas
- (A) chefiar a equipe de desenvolvimento dos bancos de dados da organização, bem como comandar todas operações técnicas relativas aos bancos de dados.
 - (B) gerenciar a equipe de redes, cuidando de itens como cabeamento, roteadores, dentre outros.
 - (C) cuidar pessoalmente da atividade diária de realizar o *backup* dos dados.
 - (D) gerenciar a parte comercial dos aplicativos de *e-commerce* da organização.
 - (E) cuidar pessoalmente da atividade de programação dos *triggers* (gatilhos) a serem inseridos nos bancos de dados.
50. A política de segurança de informações de uma empresa possui diversas ligações e relacionamentos com outras políticas e planos da empresa, sendo correto afirmar que a política de segurança da informação
- (A) tem sua implementação independente do apoio da gerência e diretoria da empresa.
 - (B) não tem impacto sobre o plano de continuidade de serviços.
 - (C) é influenciada e definida pelo plano estratégico de informática.
 - (D) não deve ser divulgada aos funcionários envolvidos com a tecnologia da informação.
 - (E) não se aplica a sistemas de pequeno e médio porte.

51. A função de *hash* SHA-256, quando calculada para a *string* *abcde* como dado de entrada, resulta no seguinte *hash*, aqui representado em hexadecimal:

```
36bbe50ed96841d10443bcb670d6554f  
0a34b761be67ec9c4a8ad2c0c44ca42c
```

Obs.: O valor foi quebrado em duas linhas por questões de espaço, mas se trata de um valor contínuo único.

Quando a mesma função é calculada para a *string* *abcdeabcde*, é correto afirmar sobre o *hash* resultante que

- (A) seu tamanho é de 256 *bytes*.
- (B) seu tamanho é de 32 *bytes*.
- (C) ele é igual à concatenação do *hash* de *abcde* com ele mesmo.
- (D) seu valor depende do instante de tempo em que a função é executada no computador, não sendo possível prever seu tamanho.
- (E) seu tamanho corresponde ao dobro do tamanho do *hash* de *abcde*, mas seu valor não é igual à concatenação dele com ele mesmo.

52. De acordo com a norma ABNT NBR ISO/IEC 27002, tomando a versão de 2013 como referência, quando se elabora um plano de *backup*, convém que o seguinte item seja levado em consideração:

- (A) cada *backup* deve possuir pelo menos quatro cópias em diferentes mídias, diminuindo a chance de impossibilidade de restauração caso alguma cópia de segurança esteja corrompida.
- (B) todos os funcionários do departamento de Tecnologia da Informação da organização devem ter acesso completo a todos os *backups*, permitindo uma rápida restauração em caso de necessidade.
- (C) a encriptação de *backups* deve ser evitada, mesmo em situações em que a confidencialidade é importante, para minimizar as dificuldades quando a restauração se fizer necessária.
- (D) um *backup* completo de todos os dados corporativos deve ser realizado com frequência diária.
- (E) *backups* devem ser armazenados em uma localidade remota, a uma distância suficiente para escapar dos danos de um desastre ocorrido no local principal.

53. A respeito de ataques de criptoanálise, é correto afirmar que eles

- (A) utilizam-se exclusivamente de análises e técnicas manuais para extrair uma chave a partir de amostras de texto cifrado e texto claro correspondente. Não se utilizam de ferramentas computacionais e, portanto, dependem de um analista.
- (B) testam todas as chaves possíveis em um trecho de texto cifrado até obter uma tradução inteligível, a qual corresponde a um texto claro. Uma vez obtida a chave, pode-se decifrar outros textos cifrados.
- (C) aplicam-se na tentativa de extrair texto claro de uma comunicação encriptada em andamento via rede (ex. *downloads*), mas não se aplicam a documentos encriptados já salvos em disco.
- (D) exploram a natureza de um algoritmo de criptografia, amostras de pares de texto claro e cifrado, ou características desses textos, para tentar deduzir um texto claro específico a partir de um texto cifrado, ou obter a chave utilizada.
- (E) são ataques contra sistemas de criptografia antigos, baseados em dispositivos eletromecânicos, obsoletos atualmente.

54. Em certificados digitais do tipo X.509, dentre as alternativas a seguir, assinale aquela que descreve o valor que o campo "nome do sujeito" deve conter.

- (A) Nome do usuário a quem o certificado se refere.
- (B) Nome da pessoa física representante legal da autoridade certificadora no instante de assinatura do certificado.
- (C) Identificador do algoritmo usado para assinar o certificado.
- (D) Nome do funcionário da autoridade certificadora responsável por emitir o certificado.
- (E) Nome X.500 da autoridade certificadora que criou e assinou o certificado.

55. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011) prevê procedimentos que se destinam a assegurar o direito fundamental de acesso à informação, e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública. Esses procedimentos devem seguir algumas diretrizes, dentre as quais, a

- (A) divulgação de informações de interesse público e privado, desde que haja solicitação efetuada por algum interessado.
- (B) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
- (C) utilização do Diário Oficial como único meio de comunicação para a divulgação de informações solicitadas.
- (D) observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
- (E) divulgação de informações de interesse privado, exceto em casos de informações relativas a patentes e segredos industriais.

56. De acordo com a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011), o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível. Porém, não sendo possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá tomar algumas providências, dentre as quais, em prazo não superior a
- (A) 90 (noventa) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.
 - (B) 7 (sete) dias úteis, improrrogável, fornecer a informação solicitada.
 - (C) 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, informar as providências que vêm sendo realizadas visando à localização da informação.
 - (D) 30 (trinta) dias úteis, comunicar que não possui a informação solicitada.
 - (E) 20 (vinte) dias, comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão.
57. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público, e deixar de observar o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011), estará sujeita a sanções, dentre as quais,
- (A) rescisão do vínculo com o poder público, multa e prisão temporária de 30 (trinta) dias, prorrogável em caso de não pagamento da multa.
 - (B) impedimento definitivo e permanente de contratar com a administração pública, não sendo possível a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
 - (C) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
 - (D) advertência, multa de até 100 (cem) salários mínimos e prisão, em caso de não pagamento da multa.
 - (E) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 10 (dez) anos.
58. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 14/08/2018) baseia-se em diversos princípios no que diz respeito às atividades de tratamento de dados pessoais, como o princípio que afirma que a compatibilidade do tratamento deve ocorrer conforme as finalidades informadas ao(à) titular, de acordo com o contexto do tratamento. Esse princípio é denominado
- (A) Não discriminação.
 - (B) Finalidade.
 - (C) Necessidade.
 - (D) Adequação.
 - (E) Transparência.
59. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 14/08/2018) prevê um tipo de agente de tratamento que pode ser pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem compete as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. Esse agente é denominado
- (A) Controlador.
 - (B) Operador.
 - (C) Encarregado.
 - (D) Órgão de Pesquisa.
 - (E) Autoridade Nacional.
60. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709, de 14/08/2018) prevê tipos de tratamento de dados, dentre os quais, o tratamento por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo, senão pelo uso de informação adicional mantida separadamente pelo controlador em ambiente controlado e seguro. Esse tipo de tratamento é denominado
- (A) Insensibilização.
 - (B) Adequação.
 - (C) Anonimização.
 - (D) Pseudonimização.
 - (E) Não discriminação.

REDAÇÃO

TEXTO 1

A Inteligência Artificial (IA) é uma tecnologia que busca reproduzir a inteligência humana em computadores. Por meio da análise de milhões de dados, as máquinas são capazes de perceber variáveis, tomar decisões e resolver problemas. São softwares e robôs que operam em uma lógica semelhante ao raciocínio humano. Essa ideia ainda pode parecer um tanto futurista, mas já está bem presente e provocando verdadeiras transformações nas mais diversas áreas.

“Quando você escolhe um filme em uma plataforma de streaming, é a Inteligência Artificial que está sugerindo os títulos dos quais provavelmente você vai gostar. O aplicativo de trânsito também usa essa tecnologia para definir a melhor trajetória a seguir naquele momento. As notícias e as mensagens apresentadas na linha do tempo das redes sociais também são definidas por meio da IA. O agronegócio a utiliza para avaliar a qualidade do solo e definir qual cultura plantar em determinada época do ano. No comércio online, ela oferece opções de compra”, enumera o professor André Carlos Ferreira Carvalho, do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP). “É uma tecnologia essencial, tão importante como a eletricidade. A indústria está usando a Inteligência Artificial para tudo porque ela pode melhorar a maneira como acesamos, recebemos e transmitimos informações”, afirma Rico Malvar, um dos cientistas-chefe da Microsoft Research.

O amplo armazenamento e a análise de dados proporcionados pela Inteligência Artificial têm feito a diferença também na área da saúde, com ganhos que vão do diagnóstico ao tratamento. Ainda que a IA não possa substituir a sensibilidade de um ser humano, ela é capaz de perceber detalhes que médico algum poderia ver. Em breve, será possível usar máquinas para analisar milhares de exames e detectar automaticamente padrões que podem mostrar problemas que o olho humano não enxergaria: “A IA pode analisar 50 mil tomografias, por exemplo, e perceber que, toda vez que o paciente apresenta um pontinho em tal lugar, há relação com um câncer. São padrões de semelhança que darão muitos ganhos em diagnóstico”, explica o gestor médico do Grupo Fleury.

(Como a Inteligência Artificial já está presente na sua vida. www.g1.globo.com, 05.07.2019. Adaptado)

TEXTO 2

Com o crescimento da importância e da visibilidade da Inteligência Artificial (IA), estão aumentando também as preocupações com as consequências negativas da utilização dessa tecnologia. Diante dos riscos e dos efeitos prejudiciais, governos, pesquisadores, associações civis e até mesmo empresas vêm discutindo os cuidados e as medidas necessárias para mitigar possíveis danos.

O arco de riscos e perigos é diverso. Para além das questões envolvendo o futuro do trabalho, como máquinas substituírem os trabalhadores em seus empregos, o uso dessa tecnologia pode provocar complicações que vão das ameaças à privacidade dos indivíduos até o fortalecimento da discriminação e do preconceito contra determinados grupos de pessoas e abusos no emprego de armas inteligentes.

Primeiramente, a Inteligência Artificial envolve um processamento complexo que demanda uma grande quantidade de dados para sua eficácia. Por isso, o funcionamento adequado desses sistemas pressiona por uma coleta crescente de informações e tais processos computacionais amplificam a já forte preocupação com a proteção de dados pessoais. Recentemente, por exemplo, foi tornado público que uma das maiores empresas mundiais que utiliza IA trabalhava em um projeto pelo qual coletava dados de milhões de pacientes dos Estados Unidos por meio de acordos com outras empresas sem que essas pessoas soubessem.

Com relação à possibilidade de discriminações e preconceitos serem intensificados, um exemplo foi identificado em 2018, quando dois pesquisadores do renomado Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e da Universidade de Stanford, Joy Buolamwini e Timnit Gebru, testaram sistemas de IA para monitoramento de segurança por câmeras e constataram que as margens de erro do reconhecimento facial eram bastante diferentes de acordo com a cor da pele da pessoa: ocorreram falhas nos sistemas em 0,8% dos casos que envolviam homens brancos e em 20% a 34% quando se tratava de mulheres negras.

Por fim, um outro objeto de atenção com relação às tecnologias que usam Inteligência Artificial tem sido o desenvolvimento de armas inteligentes, como drones e tanques autônomos, descritas como a terceira revolução das guerras, comparável ao advento da pólvora e das armas nucleares. Entre 2000 e 2017, o número de armas com IA subiu de 2 para mais de 50 em todo o mundo. Os países que mais desenvolvem essas máquinas são Estados Unidos, Israel, Rússia, França e China. Tais aparelhos elevam os riscos de decisões autônomas perigosas, uma vez que envolvem processos éticos sobre a vida e a morte de indivíduos.

(Jonas Valente. Riscos da Inteligência Artificial levantam alerta e suscitam respostas. www.agenciabrasil.ebc.com.br, 01.09.2020. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

OS BENEFÍCIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL SUPERAM OS DANOS QUE ESSA TECNOLOGIA PODE CAUSAR AO DESENVOLVIMENTO DA HUMANIDADE?

